

**ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Antropologia dos Archivos da
Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do
Amazonas, 2008**

Maria de Lourdes Ferreira da Silva¹
Universidade Federal do Amazonas

Mais do que falar da Amazônia como espaço geográfico e apresentar belezas naturais e a importância da região para o mundo, Alfredo Wagner Berno de Almeida aborda questões que dão conta da especificidade do bioma e da sociodiversidade por trás dos esquemas interpretativos atribuídos a mesma. Grande conhecedor do cenário, o pesquisador trava discussões acerca do modo arbitrário como a Amazônia tem sido “classificada” e como conceitos e significados diversos, legitimados no pensamento erudito, influenciam na vida de coletivos étnicos que a habitam.

Isso se deve às pesquisas empreendidas por Alfredo Wagner destacando a luta dos coletivos da Amazônia para reconhecimento e afirmação de identidade étnica, posse de terras e a relação Estado, Mercado e Políticas na questão dos povos amazônicos, seus conhecimentos tradicionais e suas especificidades. Possui mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atualmente é bolsista CNPQ e ministra disciplinas nos programas de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) e Antropologia Social (PPGAS/Ufam). Suas pesquisas e suas obras publicadas (entre livros, artigos e ensaios) apontam para o debate em torno das categorias: Amazônia, povos tradicionais, etnicidade, conflitos, movimentos sociais, processos de territorialização e cartografia social.

O livro *Antropologia dos Archivos da Amazônia* está organizado em três partes, constituídas por tópicos que dialogam entre si, com uma introdução que expõe o pensamento

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/Ufam). Bolsista FAPEAM

a ser trabalhado pelo autor. Esta resenha, além de apresentar as ideias, tem por objetivo instigar e convidar o leitor à leitura de toda a obra.

A introdução, que não deixa de ser um capítulo à parte, situa o leitor quanto ao objetivo do livro: fazer de forma crítica uma interpretação das interpretações da Amazônia. Sendo assim, a problematização da “política da natureza” é o objeto de reflexão contida nos textos que constituem a obra.

O autor ao informar que sua obra é composta por três partes destaca que seus textos são frutos de sua participação em dois encontros científicos e de uma breve reflexão sobre os resultados de uma mobilização que reuniu representantes de povos indígenas. Almeida (2008) também ressalta que as análises que configuram sua obra tem por base o conceito de “arquivo” trabalhado por Foucault (1969). Esse conceito, que nada tem haver com acervo, consiste no surgimento e desaparecimento de argumentos em um campo intelectual ou em “uma dada contingência histórica”.

O capítulo 1, “Biologismos, Geografismos e Dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual”, é composto por sete tópicos que trazem uma reflexão sobre a desnaturalização de pensamentos cristalizados acerca da Amazônia. O primeiro tópico, intitulado “Degradação ambiental: conceito ou noção operacional?” faz uma reflexão sobre a ideia atribuída ao termo “degradação” a partir da diferença entre conceito e definição. Segundo o autor esse termo estaria muito mais ligado a uma noção operacional, pois o conceito diz respeito a um instrumento de análise dinâmico.

No segundo tópico, “Quem é o sujeito da ação ambiental?”, Almeida (2008) inicia fazendo uma viagem à literatura dos cronistas (militares, profissionais das ciências naturais e religiosos) que percorreram a Amazônia desde o século XVI. Estes, ao observarem o bioma, elaboraram descrições, argumentos e classificações que corroboraram para as diferentes formas de intervenção do Estado na Região Amazônica. Essas ações foram pensadas levando em consideração sujeitos díspares. O autor sinaliza que o primeiro sujeito da ação ambiental foi a razão. Assim, todas as ações oficiais eram justificadas a partir do argumento da razão, apoiada nas ideias iluministas.

O autor assevera que até o fim do século XX, a razão vai dar fundamento aos esquemas interpretativos da Amazônia, justificando ações como “exploração racional”, “ocupação racional” e “ação racional”. Essas medidas que foram implementadas por meio de

planos, projetos e programas de Estado visando o desenvolvimento do bioma. Nesse caso, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI) de 1910; o Plano de Defesa da Borracha, de 1912; a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966.

Ainda no segundo tópico, Almeida (2008) informa que todos os programas e políticas de modo geral pensadas para a Amazônia foram de “inspiração naturalista” vinculados a conceitos biológicos. O conjunto de medidas destinadas à Região Amazônica no período militar também foi influenciado por fundamentos ditos racionais.

Para o autor, a mudança do sujeito da ação se deu a partir de 1988. As pessoas deixam de ser meros indivíduos biológicos e passam a assumir a posição de agentes sociais. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2002 e os decretos sobre os direitos territoriais das comunidades tradicionais corroboram nesse sentido.

No terceiro tópico, intitulado “Filósofos, naturalistas e etnólogos na prática do colecionismo: os jardins botânicos, os hortos, os zoológicos e os museus”, o autor expõe lugares institucionais onde foram produzidas interpretações científicas sobre a Amazônia. Essas instituições empenharam-se em produzir conhecimentos visando principalmente identificar espécies para compor novas coleções.

O autor assevera que muitos cientistas produziram interpretações sobre a Amazônia sem se quer ter vindo ao Brasil. Seus estudos foram frutos das pesquisas empreendidas pelos naturalistas que recolheram, selecionaram, classificaram e posteriormente enviaram materiais para museus, jardins botânicos, hortos e zoológicos. Nesse ramo, o autor destaca, por exemplo, Lineu, Lamarck e Darwin. Estes tiveram acesso direto aos materiais coletados na Região Amazônica. Suas interpretações influenciaram diretamente na maneira de pensar localmente.

Dando continuidade à discussão, no tópico seguinte “Versões deterministas e as políticas governamentais” o autor ressalta a forma de pensar a Amazônia tendo por base a natureza e suas diferentes formas de classificação, fato que gerou esquemas interpretativos que podem ser entendidos dentro de três categorias: os *biologismos* – conjunto de ideias que entende a questão ambiental sem sujeito; os *geografismos* – discurso que põe em relevância fatores naturais, resultando na ideia, por exemplo, do isolamento; e os *dualismos* – que enfatiza a visão dual que estabelece oposição entre natureza e cultura.

No quinto tópico, “Quais as transformações pelas quais passam os sujeitos da ação ambiental?”, o autor informa que a transição de 1985 a 1988 influenciou na mudança do sujeito da ação ambiental. Esta passa a ter “sujeitos específicos” a partir da perspectiva da heterogeneidade de formas de relação com a natureza. Almeida (2008) pontua ainda que há reivindicações de territórios específicos e o que passa a importar é como esses grupos sociais se autodefinem, se autodeclaram e denominam a si mesmo e não mais como os outros os nomeiam.

Dando continuidade a essa discussão, o autor faz ponderações sobre “Conhecimentos tradicionais e sujeitos sociais”, destacando a importância dos conhecimentos tradicionais dos coletivos amazônicos. Há uma relação intrínseca entre essa forma de saber e a dimensão política, assevera Almeida (2008). Há também, por outro lado, tentativas do mercado capitalista para se apropriar e lucrar com tais formas de saber. A dimensão política tem levado esses sujeitos, então, a pensar estratégias de preservação da Amazônia, conclui o autor.

No sétimo e último tópico dessa primeira parte da obra, Almeida (2008) retrata “A Amazônia pensada segundo novas estratégias”. O autor comenta e discute a mudança de estratégias na cooperação técnico-científica e da cooperação internacional com respeito à Amazônia. Ao falar dessas estratégias aponta as “Novas estratégias empresariais” (subtópico 7.1) e “Seus efeitos” (subtópico 7.2). O autor conclui o capítulo com uma reflexão: as formas de pensar a Amazônia dentro dos paradoxos (biologismos, geografismos e dualismos) só acentua a ideia de “degradação” como categoria que acusa o “outro”.

Na segunda parte do livro, intitulada “Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais”, o autor reverbera a ruptura dos biologismos e geografismos para pensar a Amazônia como um campo de lutas em torno do patrimônio genético, do uso de tecnologias e das formas de conhecimento e de apropriação dos recursos naturais. Nesse sentido, pesa a importância da luta dos movimentos sociais e a busca por alternativas de desenvolvimento que leve em consideração o saber tradicional local.

O autor, ao falar sobre “Os pajés e a Organização Mundial do Comércio”, pondera questões referentes à reunião de representantes e líderes religiosos indígenas, realizada no ano de 2001, em São Luís do Maranhão (MA). Nessa reunião, discutiu-se a questão da exploração industrial dos recursos naturais e a necessidade de proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais.

Ainda na segunda parte da obra, Almeida (2008) discute “As estratégias empresariais e o monopólio dos direitos autorais” sumariando a questão da propriedade da terra por grupos empresariais para controle de espécies vegetais e conhecimento da flora. No capítulo, o autor destaca no tópico “O mercado segmentado versus o mercado de commodities” a expropriação do saber nativo e de matérias-primas para exportação em grande escala.

No tópico seguinte, “Os movimentos sociais e a contra-estratégia”, o autor pontua a necessidade de repensar a questão ambiental sem dissociá-la de movimentos, organizações, sindicatos, grupos ambientais e sociedade civil – em pese o papel das universidades, que estão se tornando força social.

O autor, ao concluir o capítulo, aponta, em “Os movimentos sociais e o processo de consolidação de territorialidades específicas”, que as pessoas da Amazônia possuem territorialidades que não correspondem à extensão de terras – sobretudo no caso de comunidades indígenas –, mas há processos dinâmicos que implicam numa construção social específica. Desse ponto de vista, é preciso pensar a Amazônia e Almeida (2008) termina a segunda parte de sua obra com questões reflexivas para pensar de forma crítica o bioma.

Na terceira e última parte do livro, “Pós-Graduação em antropologia na Amazônia: anotações e comentários à pauta da primeira reunião da comissão ‘Cultura, Línguas e Povos da Amazônia’, da Capes”, são feitas ponderações acerca da reunião que serviu para a implantação desse curso, problematizando apontamentos que justificaram a ação.

O autor apresenta comentários e inferências que realizou quando de sua participação na reunião, que contou também com a participação de João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ), Luiza Garnello (Ufam/Fiocruz), Eduardo Góes Neves (Museu de Arqueologia e Etnologia/USP), Denny Moore (Museu E. Goeldi), Antônio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/UFRJ), Jane Beltrão (UFPA). Ao sumariar seus argumentos, o autor sublinha a importância da intervenção científica na Amazônia. Ressalta, nesse caso, o papel da pesquisa e da ciência, de cursos de pós-graduação, de antropólogos e profissionais afins, desde que levem em consideração o respeito a povos amazônicos e compartilhem de interesses desses sujeitos sociais.

Diante da apresentação das principais ideias do autor, ressalta-se a importância da obra para a comunidade científica, sobretudo para estudiosos que compartilham interesses sobre a Amazônia e seus coletivos sociais. Viver na Amazônia e discutir sobre a realidade dos

povos que aqui vivem é voltar os olhos para questões regionais e suas relações com o global, uma vez que esta é pauta obrigatória de interesses contemporâneos.